
EDUCAÇÃO FÍSICA

Richard Erick Castro

De corpo e alma: o que pode o sujeito sob o movimento de captura?



Rio Claro
2016

RICHARD ERICK CASTRO

DE CORPO E ALMA: O QUE PODE O SUJEITO SOB O
MOVIMENTO DE CAPTURA?

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Dias

Co-orientadora: Profa. Valéria Aparecida Velis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de licenciado em Educação Física.

Rio Claro
2016

370 Castro, Richard Erick
C355d De corpo e alma : o que pode o sujeito sob o movimento
de captura? / Richard Erick Castro. - Rio Claro, 2016
49 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação
física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências de Rio Claro

Orientador: Romualdo Dias

Coorientadora: Valéria Aparecida Velis

1. Educação. 2. Neoliberalismo. 3. Capital. 4.
Subjetividade. I. Título.

Dedico à minha prima Kauanny (1999 - 2015), à meu avô Paulo (1932 - 2012) e à minha avó Nély (1946 - 2016), pelo imensurável valor de uma infância e a fortaleza e ensinamentos da velhice. Estejam em paz!

AGRADECIMENTOS

À meus pais, Johnny e Lucia, pela dedicação e imenso carinho em criar eu e meus irmãos e pelo amor incondicional aos filhos. Pelo preparo às dificuldades e às dores mais pertinentes a vida, e pelos ensinamentos mais fundamentais. Em vocês está minhas raízes e minha inspiração, lhes sou imensamente grato por tudo o que representam.

À meus irmãos, Jow e Lucas, meus companheiros, meus parceiros, amigos, aliados. Por participarem dos melhores momentos de minha vida e pelas lembranças mais fortes, por toda uma infância juntos, pelo compartilhamento de experiências e pensamentos e pela unidade nas situações mais tempestuosas. Nem mesmo sei dizer a importância que vocês tem pra mim!

À Patricia, minha namorada, pelo apoio e encorajamento constante, pelas construções e diálogos, por sua companhia e amizade ímpar, e por ensinar-me mais sobre viver. Eu tenho uma enorme admiração e carinho por você!

Aos moradores da casa 5 entre os anos de 2013 à 2016, Euler, Leandro Bombom, Nilton Cabeça, Cristiano Boka, Wesley Sobrinho, Lucas Chantys, Jovian Perifa, João Doidão, Lucas Bolt, Felipe Zé, Matheus Theus, Arthur Shorts, Valeria Val, Iasmin Jasmen, Natalia Johnsa, Andreza Lost, Bianca Bia, Aguiamar Mamazinho, Lucas Joe, e aos agregados Henrique Franca, Felipe Fernandes, um salve família! Salve Dalmo Brodi, infelizmente alguns rumos te afastaram de nós mas você continua sendo um irmão, nosso grande poeta das dunas!

À Moradia Estudantil, lugar que me recebeu e me acolheu, a minha casa durante o período de minha graduação, e onde ocorreu a maior identificação e as maiores construções nesses quatro anos de graduação, espaço de resistência e representação da classe trabalhadora dentro da Unesp, cada vez mais elitizada e à serviço da burguesia. Grato pelo instinto coletivo, grato pela consciência de classe!

Ao querido amigo e professor Romualdo Dias, orientador deste trabalho, que o tornou possível e em muito contribuiu em sua construção. Agradeço sua dedicação e atenção, as palavras de incentivo e por sua humildade. Agradeço por não se pôr sobre o pedestal da 'elite pensante' que há neste espaço, seus ensinamentos foram muitos enquanto professor e enquanto pessoa, gratidão!

À todos os professores que contribuíram significativamente e que foram importantes para minha graduação em Educação Física, em especial à Leila Marrach, Luiz Normanha, Aragão e Alexandre, professores e amigos junto aos quais ocorreram grandes aprendizagens e construtivos diálogos, e que se mostraram dispostos a também ouvir seus alunos.

Ao movimento estudantil, e à todos aqueles que lutam por uma universidade pública mais democrática e de qualidade.

Ao lugar de onde vim, meus parceiros Alef, Mateus, Felipe, Gabriel Remela, Gabriel Dois, Yago, Gustavo, Vitor, Nuno e à meus tios Doni, Cida e Isabel, que muito me apoiaram em minha vinda para Rio Claro e em meus estudos. Aos saudosos Daniel e Gabriel, hoje isolados de todos aqueles que amam e que os querem bem, mas aí, a consideração por vocês sempre foi a mesma, certo? E tem mais heim...

“...não aceno bandeira, não colo adesivo, não tenho partido, odeio político. A única campanha que eu faço é pelo ensino, e pro meu povo se manter vivo.”

(TADDEO; DUN DUN, 2000)

RESUMO

A sociedade contemporânea manifesta suas contradições e sua deturpação em diversas áreas e atividades, e os próprios seres humanos, enquanto componentes dessa sociedade, sofrem sob a crise de uma estrutura social que os conduzem a indiferença e a crueldade na relação com os seus iguais. Desse modo, as relações humanas estão cada vez mais encharcadas de valores que são próprios à uma estrutura social destrutiva e acirrada. Este Trabalho de Conclusão de Curso quer identificar no campo educacional dispositivos de captura dos sujeitos no sentido de introduzir neles o estilo de vida capitalista e o mecanismo e dinâmica da sociedade atual, para que se garanta assim a manutenção e soberania da ordem social vigente. Esses dispositivos acabam por produzir nos indivíduos o adoecimento de seus pensamentos e de seus corpos ao limitar a capacidade de compreensão, de reflexão e de criação, bem como a capacidade de ação e do gesto. Meu objetivo final neste trabalho foi o empenho em buscar dentro da própria Educação, saídas e alternativas que possibilitem a superação do Capitalismo e de seus efeitos negativos, e meu empenho se deu em indicar novos caminhos e possibilidades no campo educacional que conduzam as novas gerações para uma sociedade menos predatória, desigual e por consequência mais pacífica e humanitária.

Palavras-chave: Neoliberalismo – Educação – Capital – Subjetividade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE SOCIAL E DO PROGRESSO CAPITALISTA	13
2.1 O papel da educação nisso tudo	16
2.2 A subjetividade contemporânea	25
3. DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO.....	29
3.1 O neoliberalismo	32
3.2 O papel que cumpre o Estado no neoliberalismo	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho problematizarei a educação na sociedade contemporânea considerando o modo como vem ocorrendo a sua configuração estrutural, assentada em um modelo de desenvolvimento econômico. Tal arranjo recebe a nomeação na forma do neoliberalismo. Estou interessado em observar e discutir temas que emergem através de um esboço de seus aspectos negativos sobre a humanidade. Estes aspectos podem ganhar a forma dos entraves, dos antagonismos e de diversos problemas que o capitalismo avançado trouxe, representa e produz nas relações humanas. Esta discussão se insere em um estudo articulado com a busca por uma vida em sociedade mais digna, igualitária, humana e democrática para todos.

O avançar do capitalismo trouxe, sem dúvida, muitas conquistas e avanços para a humanidade, sobretudo no sentido material e econômico. Os países onde o capitalismo alcançou o seu padrão mais avançado hoje esbanjam tecnologias modernas e representam as maiores economias mundiais, à exemplo do Estados Unidos. Entretanto, em termos humanitários e de valorização da vida dos sujeitos, o que se nota é a crescente banalização da vida e adoecimento dos indivíduos em suas potencialidades. A degradação das relações humanas e da supervalorização do modo de vida capitalista será abordada através de uma breve contextualização da conjuntura e do quadro social atual. Este modo de situar o contexto coloca o foco no que vem sendo nomeado como uma modalidade de crise, que apresenta desdobramentos em expressões próprias do funcionamento da economia, mas que considera principalmente a crise de valores associadas às violências, guerras, desigualdades e na crescente destrutividade de vidas/populações humanas e dos espaços geográficos. A partir destas escolhas, faço uma relação destas constatações com a educação. Em meu percurso exponho algumas das implicações desta ordem social sobre os dispositivos educacionais e sobre os processos de subjetivação em seus distintos aspectos. Proponho que esta discussão faça uma referência para a parcela de contribuição destes processos educacionais e de subjetivação na disposição dos sujeitos contemporâneos e nas formas com que

esses sujeitos tem agido em relação ao seu meio social e na relação com o outro, em modalidades de vínculos estabelecidos no cotidiano de suas vidas.

Na primeira parte do trabalho faço um desenho dos dispositivos de captura presentes nos processos educacionais de formação das identidades. Nesta abordagem assumo a concepção que considera a educação enquanto um processo contínuo na vida dos indivíduos, contemplando mais do que somente aquela institucionalizada, mas estando também presente nas formas de humanização presentes no cotidiano da vida urbana, destacando os seus efeitos de adoecimento físico e psíquico das pessoas. A exemplo temos a crescente alienação dos indivíduos ao estilo ou ethos de vida capitalista, que passa a assumi-lo como quase natural ou intrínseco à ele, estreitando suas potencialidades gestuais e se deixando conduzir no funcionamento dinâmico de sua própria capacidade de imaginação. Com isso, o que se pretende é demonstrar a forma pretensiosa com que a educação moderna tem servido ao sistema capitalista sob os moldes do neoliberalismo no sentido de garantir sua continuidade e a manutenção de sua ordem social. Desta forma será possível dar maior visibilidade para as influências e adequações que a educação sofre devido a esta dinâmica do poder em exercício no contexto social atual. E, deste modo, pode emergir traços em que a educação vem sendo moldada por tal sistema e as consequências que decorrem disso nos corpos e nos espíritos dos sujeitos que se pretende educar. Nesse sentido, me estendo em uma análise crítica das chamadas políticas neoliberais na educação brasileira, fazendo uma explanação do que consiste algumas de suas pretensões e disposições para a educação e da perversidade presente por trás desse discurso que se apresenta como alternativa de solução dos problemas educacionais, mas que na verdade apenas os acoberta para em longo prazo acentuá-los ainda mais, à medida que representam os interesses capitalistas burgueses que em sua essência busca a perpetuação desta sociedade de mercadorias e o convencimento da inalterabilidade de suas determinações estruturais. Ainda sobre essas medidas, destaco algumas experiências tidas durante a graduação nas quais pude identificar e me opor às perversidades neoliberais, considerando o fato de que eu também estou mergulhado neste processo educacional em meu curso de graduação.

Para encerrar a primeira parte do trabalho, faço um resgate sobre a identidade do sujeito contemporâneo, enquanto indivíduo que produz e sofre o processo de

neoliberalização da educação. Com a globalização e o avanço das tecnologias de informação e comunicação ocorre uma série de transformações na condição de vida humana, novas práticas, atitudes, desejos e enredos surgem a cada instante e alteram nossa forma de nos relacionar, agir, pensar e de sonhar. Todas essas novidades geram um sentimento de que estamos em um conjunto de universos nos quais não há uma plena compreensão dos rumos a serem seguidos, e isso causa nos indivíduos uma desorientação a medida que o impele a lidar com o fato de que tudo passa a ser descartável, com a novidade e com a obsolescência quase instantânea, e faz com que a subjetividade dos sujeitos seja tomada por uma necessidade constante de ser outra. Nesse contexto dinâmico de universos sobrepostos, a relação da subjetividade com a exterioridade traduz um imenso número de realidades, o que contribui para a crise permanente de identidade e do pensamento e para um caos psíquico, ético, moral e social, impelindo as pessoas à reprodução das tendências que se apresentam. Através desses processos a modernidade faz surgir dispositivos de captura sobre os modos com que o sujeito potencializa seus atos e gestos, bem como sobre a sua capacidade de criar, imaginar e sonhar.

Uma vez que já se tem definido o campo de estudo e a problemática levantada, sendo o trágico cenário social um produto do modelo de desenvolvimento econômico sob os moldes do neoliberalismo e a educação enquanto um processo que se configura a partir das suas predisposições e de seus interesses em nossa realidade atual, na segunda parte do trabalho me detenho em delinear e definir o Neoliberalismo enquanto ideologia que sustenta e fundamenta a nova fase do capitalismo, a era máxima de financeirização da riqueza e do capital volátil. Mas antes, se faz necessário um resgate histórico que traga à luz as raízes dessa ideologia, identificada na crise do mercantilismo e no surgimento do pensamento Liberal, que fundamentou o capitalismo comercial e manufatureiro e o sustentou durante um longo período, e que serviu de base para o surgimento do pensamento Neoliberal. Neste resgate faz-se um desenho de como se tornou insustentável e se fez necessário adaptações na ideologia que sustenta o sistema capitalista conforme se deu o seu desenvolvimento, justificando a substituição do Liberalismo pelo Neoliberalismo. Em sua essência o Neoliberalismo traz consigo o mesmo ideal liberal de reduzir o poder do Estado e de suas regulações sobre a economia, mas

possui características e estratégias específicas no sentido de garantir a liberdade econômica e a configuração de suas estruturas contemporâneas que em larga escala contribuem e garantem a manutenção do sistema capitalista. Essas características e estratégias neoliberais são descritas e analisadas durante esta parte do trabalho conforme se explora e critica suas estruturas.

Na sequência, faço uma breve explanação sobre o papel que o Estado cumpre sob a coexistência com o Neoliberalismo enquanto ideologia que delimita e define qual são seus espaços de ação, a forma com que se organiza e atua na prestação de serviços e, ainda, sobre as principais estratégias neoliberais para que continue havendo um Estado, mas cada vez mais a mercê do capital e dos interesses restritivos da concorrência e da liberalização da economia.

Após o levantamento de todas as constatações feitas durante o trabalho sobre a destruição das relações humanas, dos antagonismos e dos efeitos negativos da ordem capitalista emergente sobre o desenvolvimento dos indivíduos, faço na última parte do trabalho um exercício de tentar expor algumas alternativas ou saídas diante do problema da degradação da humanidade. Tendo ainda em mente a educação enquanto campo de estudo e de atuação, procuro encontrar nela a possibilidade de mudança necessária para a emancipação e enriquecimento da vida e da humanidade. Faço então, um esforço em tentar descrever um modelo de educação bem distinta daquela dominante sob o modelo capitalista, sendo mesmo a superação deste sistema e de seus ideais educacionais. Faço sugestões sobre o que essa educação deve ensinar aos sujeitos e como as mudanças nesta educação sugerem ao mesmo tempo em que quase pressupõe a transformação da totalidade da sociedade, sua economia e de sua ideologia. Atento para algumas pistas que podem ajudar na concretização desta e para algumas percepções que se configuram como entraves para sua realização, busco contribuir com algumas reflexões minhas a respeito das recentes manifestações sociais que se levantam contra o capitalismo predativo e a respeito da minha futura atuação enquanto futuro agente educacional que sente a necessidade e os desafios de se superar as estruturas que contribuem para a degradação da humanidade e seus efeitos desastrosos nas disposições dos indivíduos.

Durante o exercício de se pensar em alternativas ao problema levantado, se percebe a forte vinculação da necessidade da transformação generalizada da

sociedade para a implementação de uma educação emancipatória e enriquecedora e que a valorização e potencialização dos sonhos e da ação orientada dos sujeitos é vital no sentido de tornar possível tal transformação.

2 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE SOCIAL E DO PROGRESSO CAPITALISTA

Assistimos hoje o desenvolvimento acelerado da produção de riquezas e de materiais em termos de quantidade e qualidade. Com o avanço do capitalismo e das sociedades humanas onde esse modelo opera, notamos a modernização dos espaços e das ferramentas de que dispõem o homem no sentido de otimizar a produção material e a geração de lucro dos serviços e com isso garantir o avanço da humanidade, sobretudo no sentido material. Ao mesmo tempo, porém, assistimos a degradação do ser humano em diversas escalas, e do ambiente natural no qual habitamos e do qual dispomos. Basta estarmos em contato com os avançados meios de comunicação, garantidos também pelo capitalismo, durante alguns minutos e veremos diariamente fatos que constatarão tais afirmações. Vivemos uma realidade de guerras territoriais e civis, miséria, abusos, fome, exploração e violência de homens contra homens, e também de destruição em larga escala de ambientes naturais, poluição de praças e rios, desmatamentos, queimadas e contaminação de alimentos ou até mesmo do próprio ar que respiramos. Tudo isso decorre da ação do mesmo homem, moderno e civilizado, que constrói e dá continuidade ao sistema capitalista, que tem por consequência esses e outros fatos que evidenciam a degradação do humano e do espaço natural que ocupa.

O presente trabalho nasce da constatação da crise de valores, manifesta na crescente criminalidade e delinquência, ao lado da alienação cada vez mais aprofundada dos jovens em relação à sociedade, e do pensamento crítico ao sistema e valores capitalistas que tem dirigido as sociedades e que está aí implantado e em vigor, como da preocupação em se superar tal modo de ver e entender o mundo social, sobretudo em transformar as relações humanas. Nesse sentido, pretendo fazer uma reflexão sobre o atual quadro social e sua relação com a educação, ou a parcela de contribuição que tem tido a educação na disposição dos sujeitos contemporâneos e nos modos como esses têm agido em relação com o seu entorno e na relação com o outro, o seu semelhante. Também pretendo expor a forma como a educação tem sido manipulada no sentido de garantir a manutenção do capitalismo e de sua ordem social, e em contraponto, a forma como ela poderia servir como instrumento para a efetiva mudança da sociedade e dos indivíduos que a compõem.

O avanço do capitalismo junto do advento da modernidade trouxe consigo uma série de fatos e consequências que marcam tragicamente a história da humanidade, tais como as duas Guerras Mundiais do século XX, a corrida armamentista, a apologia a destruição ilimitada levada a cabo pelo desenvolvimento monopolista e imperialista, o crescimento da violência e da criminalidade, junto do crescimento das desigualdades sociais, das injustiças, do confinamento de grandes quantidades de pessoas em presídios, e outros fatos que configuram a forma desastrosa com que o homem têm se organizado e convivido no espaço e na relação com o outro.

Durante os anos de expansão e crescimento econômico das “superpotências” capitalistas do mundo de hoje, identificadas nos países europeus e nos EUA, uma série de acontecimentos se sucederam para que as nações alcançassem a atual posição e se desdobraram em consequência da disputa incessante entre eles e por eles travadas na busca pelo desenvolvimento econômico. Apoiado em uma teoria estudada e apropriada para a modernidade e com a justificativa de trazer uma sociedade mais justa e garantir a liberdade dos indivíduos, o capitalismo avançou com seu imperialismo liberal, supostamente mais “humano” e adequado para as novas condições modernas, e mostrou sua perversidade e a falsidade com que alegava a busca pela igualdade entre os indivíduos e por uma sociedade justa. A sua decadência, juntamente com a decadência do ser humano, pode ser evidenciada na presunção do direito moral de usar armas nucleares e biológicas de imenso poder destrutivo contra outros países, ou na intolerância com as particularidades ou diferenças do outro, expressa, entre outros, através de racismos, preconceitos, homofobia, xenofobia, e na violência urbana. E assim, a fase decadente da história do capital, que culmina na apologia da destruição ilimitada levada a cabo pelo desenvolvimento monopolista e imperialista do século XX e sua extensão no século XXI, trouxe consigo também a decadência nas relações humanas e do humano, associada a uma *crise de valores* antes inconcebível, ao lado do culto mais cínico e agressivo do *contravalor*, juntamente com a *crise educacional* cada vez mais profunda, constatado pelos constantes abusos, opressões e violências praticados pelo homem contra seus iguais. E tudo isso continua sendo promovido em nossos tempos pelo sistema e todos os meios à sua disposição, na incessante busca individual dos países em se estabelecer ou alcançar a condição de desenvolvido, e dos sujeitos que são constantemente

influenciados por essas disputas e sofrem as duras consequências destas relações impostas sobre eles, onde tudo parece aparentemente justificado perante a tentativa e busca em se estabelecer materialmente e economicamente, tal qual o sistema faz e ensina fazer.

O meio social em que vivemos exerce sua influência sobre os indivíduos, ao mesmo tempo em que por eles é influenciado. Entretanto, o que se nota é que os próprios sujeitos enquanto elementos da sociedade não conseguem mais perceber ou enxergar em seus atos particulares um poder de mudança em uma dimensão que ultrapasse a sua vida pessoal, e isso se deve ao processo de (con)formação ao qual esses sujeitos são submetidos ao longo de sua vida. Desde que nascemos somos constantemente “ensinados” ou “moldados” à viver de forma harmoniosa e adequada à uma sociedade que, antes de nós, já existe e possui uma configuração e estrutura já definidas, e esse processo segue durante toda nossas vidas. Cotidianamente somos ensinados à viver em conformidade com os valores desta ordem ou estrutura social, que se faz presente em todas as atividades humanas e que se exerce de cima, de um lugar ao qual não podemos intervir, opinar ou nem mesmo tocar. E assim, esses valores ou modo de se viver se exercem por sobre os indivíduos de forma rigorosa, ao passo em que se faz presente em todos os cantos e relações sociais, e ao mesmo tempo perversa, pois se faz parecer sutil na medida em que se faz valer como a única maneira de seguir a vida com consistência significativa, e não dá a possibilidade aos indivíduos sociais de procurar ou nem mesmo pensar em mudanças no nível desta estrutura em busca de uma melhoria na vida em sociedade, no sentido de torná-la mais qualitativa, justa e digna para todos os indivíduos.

E é nesses processos de subjetivação ou formação dos indivíduos que enxergo e irei destacar a educação, no sentido de mostrar a forma pretensiosa com que ela vem servindo à este sistema imposto e por ele é moldada, para que, em conformidade com a estrutura do capitalismo, contribua em sua continuidade através da alienação do pensamento e da ação dos indivíduos que nela estão e que por ela passam.

A expansão do capital e da maximização do lucro sujeitou o desenvolvimento cultural e o conhecimento da sociedade atual aos seus interesses restritivos, de modo que pudesse ter sob seu controle as formas e a porção de conhecimento à

disposição dos indivíduos e o próprio pensamento, através dos dispositivos de captura e da alienação. À exemplo destes meios de captura e da condução do conhecimento pelo capitalismo temos a Indústria Cultural, que impõe sobre a cultura e os saberes as premissas e valores capitalistas de produtividade massiva e lucro, de modo a bombardear os indivíduos com uma imensa quantidade de informações supérfluas e desprovidas de discussão ou significado, enchendo-lhes de um conhecimento raso e imediato ou pronto, e cortando suas potencialidades de construir raciocínios e de pensar por si só. Outro exemplo está na própria Ciência e no método científico que é fundamentado e tem por filosofia (n) o Positivismo, que exalta o conhecimento científico como a Verdade absoluta e que exclui ou elimina as demais formas de conhecer, mostrando logo sua característica capitalista conservadora nos seus ideais de “ordem e progresso”, presentes, inclusive, no centro da bandeira de nossa nação. Mas o dispositivo ao qual pretendo discutir está na educação institucionalizada e na própria sociedade de mercadorias enquanto educadora dos seus componentes.

2.1 O papel da Educação nisso tudo

O século XX e a Ciência capitulam sem reservas também no campo educacional as concepções de “racionalidade instrumental”, centrando o conhecimento na produção de riquezas, engessando o pensamento e impondo limites sobre as possibilidades de ação e sobre a capacidade de sentir ou de sensibilizar-se de sua sociedade. Desse modo, o capitalismo avançado sujeitou o desenvolvimento cultural e a produção de conhecimento de maneira que pudesse garantir a perpetuação da sociedade de mercadorias e a expansão do capital, impondo-lhe um formato característico de sua estrutura e organização e dando-lhe o fim ou objetivo único de garantir a produção material e de riquezas em massa, através da exploração das instituições educacionais em todos os níveis – básico e superior -, por exemplo na forma das privatizações.

Entendendo o campo educacional como um processo contínuo de formação das gerações futuras que irão compor nossas sociedades e definir os rumos que esta há de traçar nos anos que irão se seguir, percebo que se trata de um espaço de disputa

de interesses políticos, econômicos e ideológicos e de disputa entre interesses de classes, e que esta pode ajudar a manter e sustentar um modelo de sociedade, através do convencimento ou subordinação, ou à superar um modelo dado, através da reflexão crítica e do exercício de pensar uma 'sociedade nova', seguido da orientação para a ação dos sujeitos neste sentido.

Infelizmente, o que consigo enxergar é que, com o sistema político vigente, a educação, assim como outros campos de assuntos públicos, tem sofrido ataques e vêm sendo alterada para fins que atendem interesses da classe dominante e do capital. Isso pode ser notado mesmo pelas medidas políticas e objetivos estabelecidos pelos órgãos que regem a educação, que buscam introduzir, de forma sutil e enganosa, nos espaços escolares valores e fins do mercado e da lógica capitalista, através de discursos atraentes e propostas renovadoras dos espaços e materiais escolares. À exemplo temos a recente proposta de Ensino Híbrido (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015), que procura introduzir na educação uma tendência que ocorreu em serviços de produção de bens tais como o sistema bancário, as empresas e o comércio e que consiste em modernizar os recursos físicos e materiais das escolas e em introduzir em ampla escala o uso das tecnologias como ferramenta de aprendizagem. Lévy (2000) diz que as tecnologias digitais proporcionam acesso rápido a uma grande quantidade de informação, modificando as formas de pensar e construir conhecimentos, entretanto deve-se atentar que essas informações dispostas nos meios digitais não possuem nenhuma espécie de filtro ou seleção que garanta a qualidade e a veracidade do que está sendo informado, visto que qualquer sujeito mal intencionado pode dispor neste espaço ideias ou fatos que lhes são próprios e que condizem com seu pensamento e realidade individual, e não geral. Fora também o fato de que a quantidade massiva de informação disposta nesse espaço virtual favorece uma aprendizagem superficial e pouco significativa por não dar oportunidade aos indivíduos de construí-los ou de questioná-los ao se apresentar como pronto e dado, afinal cabe sempre indagar sobre a forma com que essas informações são apresentadas, se são descontextualizadas ou tendenciosas, e quais são suas fontes.

Assim, percebo que a educação tem servido à ordem ou sistema social estabelecido no sentido de garantir sua manutenção através da adaptação dos indivíduos particulares às determinações estruturais e às predisposições da

sociedade de mercadorias. E o faz de maneira perversa, ao impor sobre os indivíduos o *ethos* (hábitos, costumes, moral) e a falsa consciência capitalista, que confere a esse modo de organização um caráter único e ideal a que se deve, inescapavelmente, seguir. Através da educação, os sujeitos aprendem como funciona a sociedade de mercadorias e também aprende a como agir para “participar” dela e nela serem “aceitos”.

Nesse sentido podemos destacar a forma com que o Ensino Híbrido admite que cada aluno tenha um ritmo de aprendizado através da personalização e da substituição do ensino presencial pelo *online*, sugerindo que cada aluno deva aprender separadamente dos demais para que possa traçar rumos e fazer escolhas particulares sobre o que e quanto aprender e buscando substituir as relações humanas entre aluno-professor e aluno-aluno presente na escola pelas relações virtuais distantes nos suportes tecnológicos digitais. Outra constatação nesta proposta de ensino que visa introduzir nos indivíduos o *ethos* capitalista está na sugestão da hierarquização dos profissionais e de sua atuação na escola, desvalorizando e sujeitando os professores e funcionários e desconsiderando totalmente os alunos nas decisões que se toma no espaço escolar. Assim supõe a necessidade de mudança na estrutura escolar em consonância com a passagem do mundo industrial (moderno) para o pós-industrial (pós-moderno) – adequando a escola e os educandos à era digital:

Nossas escolas, nosso governo, nossos negócios estão permeados da visão de que nem o indivíduo nem mesmo o grupo são dignos de confiança. Deve existir poder sobre eles, poder para controlar. O sistema hierárquico é inerente a toda a nossa cultura. (ROGERS, 1992, p.66).

Apesar da necessidade de grande investimento em um primeiro momento para que se modernize os ambientes e materiais escolares – o que coloca as escolas públicas de periferia em cheque uma vez que possuem baixos recursos –, é necessário destacar que essa tendência nasce da preocupação em baratear o processo educacional, através por exemplo da desvalorização do professor, que aos poucos é substituído pela tecnologia digital e que passa a assumir uma postura de mero facilitador do processo de ensino e aprendizagem. A grande farsa nessa proposta de modernização da escola e do ensino reside na aposta de que a tecnologia vá resolver todos os problemas que perpassam a escola, a educação institucionalizada e o ensino, pois tenta nos encantar com materiais e recursos

tecnológicos sofisticados, como se a tecnologia pudesse cumprir com a função de “humanizar” ou “produzir o humano” e de inserir os sujeitos em sua sociedade.

Ainda nesse sentido, o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período de educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente conveniente da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista. As determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação contínua” das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando “consensualmente” a proclamada inalterabilidade da ordem estabelecida e tomada como natural. Embora o período da educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos da vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida, ainda que em muitos contextos essa dominação não tenha de assumir preferências doutrinárias explícitas de valor. Quando se afirma que somos consumidores soberanos das mercadorias produzidas capitalistamente, adquiridas com base nas escolhas soberanas nos supermercados controlados de modo cada vez mais monopolista, somos diariamente embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural. Assim a sociedade capitalista mantém com vigor seu sistema de educação contínua enquanto doutrinação permanente. Doutrinação que impregna tudo e não parece ser o que é, por ser tratada pela ideologia vigente internalizada como o sistema de crença positivo compartilhado de maneira legítima pela “sociedade livre” estabelecida e totalmente não objetável. O que torna as coisas ainda piores é que a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a afirmação de que a própria ordem social não precisa de nenhuma mudança significativa, mas apenas de regulações em suas margens. Por conseguinte, o significado mais profundo da educação contínua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais.

Não é surpresa que o desenvolvimento tenha caminhado de mãos dadas com a doutrinação da esmagadora maioria das pessoas com os valores da ordem social do capital como a ordem natural inalterável, racionalizada e justificada pelos ideólogos mais sofisticados do sistema em nome da “objetividade científica” e da “neutralidade de valor”. As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo

ethos capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada. E mesmo no período relativamente curto de educação institucionalizada percebe-se que o sistema vigente enxergou a necessidade de encharcar tal processo com seus valores de forma a introduzir nos indivíduos um comportamento adequado e a conformação de suas vidas e expectativas à maneira capitalista de se conceber e se viver em sociedade.

Tal fato pode ser evidenciado também na inserção das chamadas políticas neoliberais na educação, que tem como premissas a valorização do individualismo, a competitividade, a produtividade, os resultados a curto prazo, a privatização dos serviços sociais, o lucro, a mínima intervenção estatal, e outros interesses capitalistas-burgueses. Como resultado das disposições e da aplicação destas políticas se assiste muitos acontecimentos que levam à degradação da educação enquanto direito social, tais como a precarização e o sucateamento do ensino público em detrimento do privado, a competitividade entre escolas e instituições educacionais, o desmanche da categoria de professores, a formação de sujeitos alienados, conformados e facilmente dominados, a reprodução das desigualdades sociais e a tendência em fazer da educação uma mercadoria. Esta forma de conceber a educação é contrária a que se encontra prevista em nossa Constituição Federal enquanto bem comum e direito social, onde se deixa claro a responsabilidade do Estado e o seu dever em promover e incentivar à educação em colaboração com a sociedade, para que, assim, se assegure o direito de todos de usufruí-la.

Essas políticas introduzem as parcerias público-privadas e autorizam o investimento de instituições e empresas privadas na educação, em escolas e universidades, direcionando o ensino e a pesquisa conforme seus interesses particulares, visando à obtenção de lucro e melhoria da produtividade. No caso do ensino básico, percebe-se que essas parcerias proporcionam uma educação bem conteudista, mas ainda diretiva dos modos de agir e pensar em relação a realidade que vivemos. Já no ensino superior essas parcerias tendem a permitir o financiamento de pesquisas pela iniciativa privada, que as direciona segundo suas necessidades e interesses em inovar os meios de produção ou descobrir novas

tendências ou atividades que lhes trarão lucro. De modo geral, essas políticas sugerem e favorecem a privatização do ensino, utilizando-se de estratégias e de ataques que acentuam a precarização do ensino público para em seguida expor suas fragilidades, à medida em que desqualifica a educação pública e fornece para as classes pobres uma educação tecnicista e profissionalizante, de modo a garantir uma mão de obra especializada e barata. Temos um exemplo dessas estratégias nas formas de avaliação educacional que essas políticas dispõem sobre o Estado e as instituições educacionais, onde segundo seus critérios as escolas públicas, sobretudo as de periferia, dificilmente obtém bons resultados, por já possuírem uma infraestrutura que não favorece o ensino-aprendizagem, além do baixo investimento estatal, da falta de motivação e incentivo aos professores que ali trabalham, e de vários outros problemas que perpassam as escolas e o cotidiano das pessoas que ali frequentam. Além de questionáveis em seus métodos, essas avaliações são perversas no sentido que geram bonificações e maiores investimentos para as escolas que se destacam com bons resultados, o que é contraditório já que muitas vezes as escolas que nela se destacam já possuem bom investimento, e as escolas com baixos resultados são as que mais necessitam de incentivos e investimentos financeiros.

Outro efeito perverso destas avaliações educacionais propostas pelas políticas neoliberais é a inserção do princípio da competição entre escolas e professores na busca pelos melhores resultados, sendo inclusive classificados em uma espécie de *ranking*. Dessa forma, ao invés de construírem um trabalho coletivo onde haja cooperação entre as instituições e entre os agentes escolares, vemos introduzir-se nos dispositivos educacionais a ideologia capitalista, onde as escolas parecem disputar entre si quem ganha maior número de pontos dentro da avaliação proposta. Do mesmo modo, vemos o desmanche da categoria de professores, que são avaliados e bonificados conforme sua classificação nestas avaliações, sendo incentivados a disputar entre eles ao invés de se unir para reivindicar melhores condições de trabalho.

No Brasil, o processo de implantação do modelo de desenvolvimento econômico sob o neoliberalismo tem seu início na década de 90, e a inserção de suas políticas públicas neoliberais para a educação está identificado com a Reforma do Estado. Essas políticas orientam ações estatais em que se estimulam as parcerias público-

privadas, a prática da focalização em que se restringe o rol de beneficiados segundo critérios restritos, a introdução dos princípios da gestão empresarial na administração dos serviços públicos e a contratação de empresas privadas para a execução de serviços no aparelho de estado antes prestados por servidores públicos, ou seja, a terceirização. Ainda sobre o financiamento, o neoliberalismo preconiza que as políticas públicas, tais como as educacionais, devam ser financiadas a partir de fontes de duas naturezas: a pública estatal, provindos do estado representante do interesse público, e as alternativas, que são os recursos advindos da sociedade civil representante do interesse individual, deixando, assim, aberto o caminho para as iniciativas privadas e legalizando o uso dessas fontes em setores onde o Estado, minimizado conforme deseja o Neoliberalismo, deixa de atuar. Para facilitar mais a participação civil individual nos serviços públicos regulamentou-se o trabalho voluntário e a adoção de serviços terceirizados em instituições públicas. Dessa forma, a iniciativa privada encontra espaço dentro mesmo do próprio Estado, na qualidade de unidade executora. Na reforma de estado empreendida no Brasil as políticas públicas deixaram de ser restritos e exclusivos do Estado, e assim regulamentou-se leis, planos, ações e campanhas educacionais empreendidas por meio de parcerias, com vistas ao estreitamento da população-alvo e a racionalização de custos (COSTA; FREITAS, 2013, p. 75-77).

Ao se permitir e admitir o financiamento privado da educação pública abre-se precedente para que as contribuintes participem da gestão da instituição pública (escola, universidade) e para que estas apliquem os princípios da lógica empresarial, tais como aquilo que entendem por eficiência, a eficácia, o fluxo, a avaliação por resultados, a taxação, bem como o entendimento de que os pais e alunos são os clientes da escola, ao invés de cidadãos, e de que a educação é um serviço, e não um direito social, como está previsto na Constituição.

As implicações disso e de outras intervenções neoliberais na educação pública foram: a maximização do uso do espaço escolar com vista a aumentar sua eficiência, a insuficiente oferta de educação gratuita sobretudo no nível superior, a criação de inúmeras instituições privadas de ensino – no Brasil, mais de 90% do ensino superior tem sido privatizado – , a subordinação da qualidade dos processos de ensino às práticas que favorecem a racionalização dos custos e o fluxo de alunos certificados, entendida como aumento da produtividade da escola. Dessa forma,

criam-se medidas de progressão continuada para que se “acoberte” o problema da retenção escolar, e garantindo a certificação de alunos com baixos níveis de conhecimento nas escolas públicas para posteriormente usar disso como argumento para desqualificar a instituição pública, caindo em um ciclo cruel onde a escola pública é vítima de ataques em sua gestão e estrutura e na análise e avaliação que se faz desta. Essa política de progressão continuada constitui-se na mais impactante política neoliberal na educação de nível básico por dois motivos: por se tratar de uma estratégia para evitar a retenção dos alunos através da flexibilização da serialização, em que a escola pode optar por organizar o currículo em séries, módulos ou ciclos, e através da flexibilização da progressão, não mais necessariamente vinculada às avaliações; e por conta do problema que instala quando associada à outras políticas neoliberais na educação, de apostilamento e de avaliações externas de rendimento escolar, já citada anteriormente no trabalho. O problema que se instaura é que para facilitar a certificação e se garantir o fluxo de alunos nas escolas, essas políticas competem para o rebaixamento da qualidade do ensino, acentuando a crise educacional associada à perda da autonomia do professor em aprovar ou reprovar o aluno e à formação de alunos “analfabetos funcionais”, incapazes de interpretar o que leem ou de produzir um texto (COSTA; FREITAS, 2013, p. 75-77). E para piorar a situação, mascara a degradação do ensino sob o olhar neoliberal de que os resultados observáveis apontam para bons índices de certificados e aprovados e a boa racionalização dos gastos, o que se associa à eficiência do sistema educacional.

Outra política educacional do neoliberalismo que vem sendo implantada é a introdução do sistema de apostilamento do ensino nos sistemas escolares públicos de vários estados e municípios brasileiros, possibilitando o controle sobre quais serão os conteúdos e a maneira como serão transmitidos nas escolas e contribuindo para a continuidade da alienação desumanizadora dos sujeitos. Trata-se da compra de sistemas de ensino que se apresentam como *kits* com apostilas e livros didáticos para alunos, planejamento pedagógico e treinamentos e cadernos com propostas de trabalho para os professores, em que eles são obrigados a ensinar de acordo com as apostilas aula a aula, mais uma vez perdendo a autonomia e controle sobre o seu trabalho ao passo que não podem selecionar nem organizar os conteúdos bem como as formas de avaliação. Se observa que a categoria de professores tem sido

objeto de destituição do controle sob o seu trabalho nessas políticas educacionais neoliberais, do mesmo modo como a classe trabalhadora em geral também é vitimada em suas profissões, destituída do controle sobre o tempo, valor e dos direitos de seu trabalho e como vem sendo alienada no exercício deste.

Tem sido observado também a tendência à associação entre educação e assistencialismo nas políticas públicas educacionais neoliberais brasileiras, através de programas tais como o Bolsa Família, que tem por condição obrigatória para recebimento da bolsa de comprovada carência socioeconômica a frequência dos filhos da família na escola, ou como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), sendo uma parceria público-privada em que o governo cede bolsa de ensino superior para alunos de escolas públicas e que tenham atingido uma nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essas políticas que em um primeiro momento aparentam ser positivas, na verdade apenas cumprem com o papel de alienar as massas de que algo está sendo feito em prol e benefício das classes pobres, na medida em que discreta e falsamente torna o direito de educação e de viver com dignidade uma concessão estatal mediante condições pré-determinadas. Portanto se tratam de estratégia neoliberal de concretização dos direitos sociais mas enquanto privilégio ou favor dos/aos mais pobres e não como direitos universais, para assim reduzir os recursos estatais e o uso de sua estrutura em engrandecimento da atividade privada. O PROUNI, à exemplo, garante às instituições privadas uma clientela mínima de estudantes pagos pelo governo, além de isenção parcial de impostos, e, obviamente, foi largamente aprovado pelo setor educacional privado (COSTA; FREITAS, 2013, p. 75-77).

As constatações levantadas neste trabalho bem como a motivação em mergulhar no estudo do atual contexto social e as implicações do modelo de desenvolvimento sob o capitalismo na educação surgem das construções e experiências tidas ao longo de minha trajetória educacional, enquanto aluno de escola pública no ensino básico e superior bem como da experiência de vida enquanto jovem da classe trabalhadora que percebe e sofre os problemas que perpassam a sociedade e sente indignação frente a tal realidade. Assim sendo, pretendo finalizar essa primeira parte do trabalho com uma breve reflexão sobre meus quatro anos de graduação, nos quais oportunistei quatro greves consecutivas nos anos de 2013 à 2016. Durante essas greves pude sentir e compreender

algumas formas de ataques que as instituições públicas de ensino superior do Estado de São Paulo vem sofrendo neste contexto do neoliberalismo, à exemplo do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) – política de ingresso proposta pelo atual governador Geraldo Alckmin em substituição às ações afirmativas –, da queda no investimento e dos subsídios das instituições, da precarização do ensino e da falta de professores – justificada pela suposta crise financeira instalada no país –, do afastamento das classes pobres deste espaço pela falta de políticas de acesso e permanência, e de forma geral da queda dos serviços que a universidade enquanto instituição pública presta a sociedade, na pesquisa, no ensino e na extensão. Identifico nestas políticas de ingresso por *mérito*, nos cortes orçamentários e na precarização da Universidade meios de ataque aos serviços públicos e de imposição da lógica de rentabilidade e de privatização.

2.2 A subjetividade contemporânea

Aproximando tais disposições do neoliberalismo sobre a educação de uma análise do sujeito contemporâneo, reconhecendo nas políticas e constatações citadas ao longo do texto até aqui um ataque à produção da subjetividade e à construção da identidade dos indivíduos, podemos estabelecer relações entre a contemporaneidade e o adoecimento do homem no nível físico e psíquico. Tais implicações do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal sobre a educação permite que haja no seio desta dispositivos de captura sobre os espíritos e sobre os corpos dos sujeitos que compõem a sociedade, tornando-o um objeto de manipulação e adestrando-o a tal ponto que torna os valores da sociedade capitalista quase que naturais e intrínsecos à eles mesmos na medida em que os fortalece desde muito cedo, sobre nossas crianças e jovens.

As aceleradas transformações da condição de existência humana faz surgir a época que se convencionou chamar de pós-modernidade. Novas práticas, atitudes, desejos e enredos surgem a cada instante e alteram nossa forma de se relacionar, agir, pensar e de sonhar. A transitoriedade de novos modos de vidas junto da fugacidade contemporâneas diluem a solidez e a racionalidade de épocas distantes. Todas essas novidades geram um sentimento de que estamos em um conjunto de

universos nos quais não há uma plena compreensão dos rumos a serem seguidos, e faz surgir em um cenário sociocultural de liberação virtual dos objetos, das ideias, dos prazeres e da afetividade um novo tipo de controle, longínquo e cruel. Nesse sentido vale destacar a perversidade presente no discurso do Ensino Híbrido anteriormente citado, onde a sofisticação tecnológica mostra-se sedutora e parece ocupar uma vanguarda na qual os sujeitos não possuem fortes ancoragens, tendo como resultado a configuração de identidades destinadas a uma rápida obsolescência.

Essas novas tecnologias de informação e de comunicação provenientes do processo de globalização revolucionaram as formas como as pessoas se relacionam, se expressam, se manifestam e interagem. Esses mecanismos fazem com que as localizações espaço-temporais da atualidade sejam cada vez mais separadas, tornando o mundo moderno essencialmente móvel. Tudo isso causa nos sujeitos uma desorientação, como nos aponta Harvey (1993, p. 35) “Por intermédio desses mecanismos (altamente eficazes da perspectiva da aceleração do giro de bens de consumo) as pessoas ficam forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea”. Um deslocamento dos valores éticos, morais, mentais e ambientais cria-se na fragilidade das estruturas em decorrência das paradoxais incertezas da pós-modernidade e as organizações institucionais perdem força. Para Rolnik (2001, p. 25) a desestabilização das estruturas organizacionais conduz a uma exacerbação da consciência subjetiva pois:

A subjetividade tende então a ser tomada por uma inquietude que a impele a tornar-se outra, de modo a dar consciência existencial para uma nova realidade sensível (...) a imensa diversidade e densificação de universos que se miscigenam em cada subjetividade torna suas figuras e sua linguagem obsoletas muito rapidamente, convocando-a a um esforço quase permanente de reconfiguração. Nesse contexto a subjetividade se encontra precária e incerta. Muda por completo o modo como é vivida a experiência de desestabilização (ROLNIK, 2001, p. 25).

Nesse contexto dinâmico de universos sobrepostos, a relação da subjetividade com a exterioridade traduz um imenso número de realidades, o que contribui para a crise permanente de identidade e do pensamento e para um caos psíquico, ético, moral e social, impelindo as pessoas à reprodução das tendências que se apresentam. Ainda, a fuga do conhecimento se dá na mesma velocidade que a recepção face a artificialidade da construção do pensamento atual.

Ao contrário da objetividade, que se instaura na realidade e nas formas que estão diante de nós, o subjetivo se constrói no irregular, no âmbito do desejo, são fatos que o singularizam. A subjetividade se forma em uma cartografia de sensações além do objeto, em uma relação pessoal, decifra-se na própria interioridade através de um sutil jogo de interações com o externo. O sujeito é um reduto cultural interno seja psíquico, mental ou espiritual. No sujeito pós-moderno, o corpo integra-se a sua própria identidade. Nas prateleiras das livrarias corpo e identidade são temas recorrentes do pensamento contemporâneo. A temática corporal sofre iguais transformações identitárias, pois dele também se emancipam a linguagem dos códigos. Uma ressurreição dos corpos e das identidades emerge em instantâneas formas, sempre nas velozes interações da contemporaneidade. Corpo que apresenta-se enquanto forma de conhecer a realidade através das sensações, sendo também elaboradamente codificado. Realidade essa que encontra-se abarcada pelo consumismo dos objetos, onde a felicidade assume ritmos e discursos jamais vistos.

Dessa forma, a corporeidade torna-se a identidade íntima dos indivíduos, enquanto resultado de processos de internalização de coisas externas à ele, onde o dentro contém o fora, e este desmancha o dentro. Do mesmo modo que o pensamento e a identidade, o corpo sofre uma crise permanente na qual é impelido a adaptações e transformações. Nesse sentido, cabe lembrar a análise foucaultiana das relações de poder e disciplina que articulam o saber cujo interior se forma o sujeito. O poder produz o real, o verdadeiro, os objetos e os rituais de uma riqueza estratégica. A disciplina é um mecanismo de poder, uma tentativa de distribuição dos indivíduos através de um controle da organização de corpos. A eficácia da arquitetura disciplinar assegura uma sujeição onipresente. A docilidade corpórea conquistada pelo poder se faz presente nos processos de subjetivação, de modo que a educação moderna, em grande parte de seus dispositivos de transmissão dos saberes, pode ser analisada como uma prática de normalização dos indivíduos e foi vinculada a massificação de formas.

A subjetividade contemporânea tende a ser invadida por elementos semelhantes à moda e a identidade sofre constantes transformações. Corpo e pensamento se instauram no reino do efêmero, na fragilidade da generalização das necessidades. Podemos considerar que as leis do obsoleto, da sedução, e da diversificação estão

presentes, em um alto grau de intensidade nas formas de subjetivação. A cultura consumista engendrada em gigantescas indústrias manipula a produção de subjetividade coletiva criando novas orientações nos modos de produção mentais e materiais. Uma imensa diversificação de universos de possibilidades condena a processos de obsolescência. A identidade do sujeito contemporâneo tem metamorfoses constantes. Na hegemonia da era de consumo a subjetividade segue padrões imanentes à indústria da moda. A subjetivação caminha junto ao efêmero e ao sabor da novidade. O conforto se instala na performance do indivíduo, a temporalidade atual é curta e as formas do sujeito rapidamente obsoletas. Dessa forma, a indústria da moda e a lógica consumista fortalecem dispositivos de captura sobre os corpos e espíritos, e favorece o crescimento da barbárie ao produzir nos indivíduos um sentimento de impossibilidade do que fazer e ao retirar-lhe sua condição de pensar, forçando-os a morbididade diante do fenômeno crescente de acumulação da riqueza do planeta nas mãos de uma minoria.

3 DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO

Com o avanço do capitalismo nos últimos séculos, surgiu a corrente ideológica liberal, que foi se renovando e criando outras correntes que apontaram os novos caminhos e tendências a serem percorridos pelas sociedades capitalistas, em busca do *desenvolvimento*. Neste momento irei me deter em explicar um pouco sobre essas correntes ideológicas – ou “escolas de pensamento” –, o seu surgimento e as diferenças, ainda que mínimas, entre elas, até chegar a corrente Neoliberal, aquela que vem ganhando forças e se consolidando no contexto atual em que vivemos, e sobre a qual irei me estender e relacionar com a precarização da educação e da formação humana dos sujeitos (**indivíduos sociais**) de nossa sociedade.

O pensamento liberal clássico nasce como uma negação ao mercantilismo e às corporações de ofício, e critica e ataca o Estado mercantilista e suas regulações políticas, acusando-os de promover injustiças e barrar o pleno desenvolvimento das sociedades. É, ou foi, a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro e de sua expansão em detrimento do mercantilismo, da regulamentação estatal, da tutela dos poderes públicos sobre a indústria. Suas prerrogativas são a redução das funções do Estado e do limite de suas disposições, sobretudo sobre a economia. Parte também da premissa de que os homens têm algumas inclinações naturais que devem ser preservadas e incentivadas acima de tudo, tais como a motivação do interesse próprio e a procura do lucro, e que seria melhor se os homens tivessem maior liberdade em suas atividades econômicas, que precisam ser desregulamentadas e privatizadas, para que através da competição e garantia dos direitos primordiais de propriedade e liberdade individual (livre concorrência) a economia pudesse vir a se tornar um sistema social autogerido.

Essa doutrina reduz o Estado à apenas três funções: a manutenção da segurança interna e externa; a garantia da propriedade privada e dos contratos sociais; e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública (são os bens e serviços públicos, de obrigação do Estado). Todo o resto da organização das ações humanas seriam decididas e dadas em um sistema ordenador paralelo ao Estado, chamado pelo grande ideólogo desta corrente de “mão-invisível do mercado”:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. (SMITH, 1983, p. 47)

Para Smith, para que se tivesse um mundo mais justo, livre e rico, era necessário que a disciplina visível das regulamentações do Estado e das corporações (o poder político) fosse substituída pela disciplina anônima e invisível da concorrência, o mercado. Só assim teríamos garantido, segundo ele, o progresso da humanidade. É interessante perceber como para Smith parece ser natural o surgimento de um sistema que garanta a liberdade dos indivíduos, de forma quase que compulsória. Afinal, a liberdade natural da qual falava parece se restringir ao âmbito do indivíduo em um sentido muito restrito, desligado de um meio social composto de outras liberdades individuais com interesses distintos que também precisam ser preservados. A pergunta a se fazer é a qual(is) liberdade(s) o sistema social do mercado priorizaria caso elas se chocassem, ou ainda, como determinaria valores a cada liberdade individual?

Vejo aqui a necessidade de atentarmos para a proximidade do pensamento liberal com o conservador, pois na medida em que busca reduzir o poder político (o Estado) sobre a economia, busca também reduzir a quantidade e categoria de indivíduos que irão dirigir e participar deste Estado. Pode-se notar que o liberalismo em sua raiz é antagônico à democracia, pois busca fazer valer a voz das minorias representadas pelo mercado em detrimento das majorias possivelmente representadas pelo Estado.

Temos então dois princípios gerais desta corrente: a crença no fato de que a busca pelos interesses individuais conduziria ao ajustamento e harmonizaria as vontades e esforços, determinando leis e regularidades semelhantes a de um sistema físico, exceto por não ser intencional; e a convicção da necessidade de reduzir e delimitar o poder político.

O avançar do tempo e da humanidade, algumas de suas conquistas sociais e políticas sobretudo com o aumento da participação das camadas populares, juntamente com a tarefa de esclarecer as funções e limitar os espaços de ação do Estado iniciam controvérsias entre os liberais, é aí onde surge o Neoliberalismo.

Assim como o liberalismo clássico, o Neoliberalismo (liberalismo contemporâneo) nasce como ideologia para fundamentar uma nova fase do capitalismo, a era máxima de financeirização da riqueza e do capital volátil, dando continuidade ao ataque às formas de regulação econômica. Com a chegada das camadas populares na vida política das sociedades, conquistadas sobretudo a partir do sufrágio universal e da organização de sindicatos e partidos, os neoliberais passam a se preocupar com a ‘politização’ da vida econômica e com os possíveis rumos que as massas poderiam traçar para o Estado. Com isso, definem quais são os inimigos que esse pensamento procura combater: o Estado de bem-estar social da Europa junto da planificação e intervenção estatal na economia (doutrina keynesiana); o Estado desenvolvimentista dos países latino-americanos; e o nacional-populismo, identificado com a participação política das massas populares por meio dos sindicatos e centrais sindicais. O neoliberalismo assinala o encontro do pensamento liberal com o conservador, preservando o desejo de exaltar as regulações administrativas do mercado e sua liberdade econômica por sobre o poder político, e agora incentivando os governos e suas instituições à reduzirem a participação das classes populares em sua organização, para combater as democracias de massas.

Durante o século XIX, período em que se considerava ser a livre concorrência o caminho para a prosperidade, sucederam-se uma série de acontecimentos tais como crises de superprodução, pânicos financeiros, guerras continentais e inúmeras revoluções, que deram autoridade para as medidas reguladoras do Estado e legitimidade para suas formas de planificação que visavam corrigir, por meio da ação política, os efeitos desastrosos das flutuações do mercado. Outro fato relevante a se destacar foi que com essas medidas surgiu um novo modo de produzir decisões políticas, marcada pela negociação entre as corporações empresariais e proletárias, mediadas pelo poder público. Esse século foi marcado pela corrida das nações europeias e EUA em dominar territórios neocoloniais e em se consolidar como grandes potências, e pelas trágicas consequências desta disputa pelo desenvolvimento. Porém, para alcançarem tais façanhas esses países utilizaram amplamente a intervenção estatal, seu protecionismo e apoio para implantar e fortalecer a indústria, o comércio, os transportes e o sistema bancário. Também assistiu-se a necessidade de medidas políticas administradas pelo Estado para corrigir erros e contradições dos caminhos que o capitalismo percorria (pobreza

extrema, superprodução, revoluções), como por exemplo o New Deal norte americano e o conjunto de medidas do Estado de bem-estar social. Tudo isso ia contra o que desejava o Liberalismo.

A preocupação que os liberais demonstravam com tal cenário de disputas, econômicas mas também políticas, onde surgiam e figuravam novas formas de participação política das massas populares e novos governos com fortes traços nacionalistas e desenvolvimentistas – diversas vezes confundidos e associados ao comunismo nos países latino-americanos – junto das intervenções do Estado no sentido de acertar o mercado e corrigir as desastrosas consequências de seus rumos, faz com que os liberais se vejam em cheque e comecem a pensar em novas formas de dar continuidade ao capitalismo e à preservação da liberdade do mercado. É então, nos anos de reconstrução e desenvolvimento do capitalismo do pós-guerra, que se desenha a ocasião propícia para que surja o Neoliberalismo, que com o espalhar das companhias multinacionais e o crescente mercado financeiro paralelo inicia suas formas de fazer a economia escapar da regulamentação política e seus métodos de distanciar as classes populares e as massas da participação política, ou seja, do Estado.

3.1 O Neoliberalismo

Os principais argumentos que esta corrente usa contra o seu inimigo maior, o Estado enquanto intervencionista no mercado e na economia (Estado de bem-estar social e Estado-providencia), era o de que sua regulação legislativa, sua oferta de bens públicos e seus serviços de proteção social levam ao emprego irracional dos recursos materiais e empenhos dos agentes econômicos. Também alega que suas altas taxas tributárias provocam desestímulo ao trabalho, fraudes fiscais e o desenvolvimento da economia subterrânea, e que o crescimento das despesas públicas levam ao endividamento, à inflação. De forma geral, argumenta que as regulações produzidas pelos Estados Nacionais no sentido de proteger os cidadãos das desgraças da sorte, acabam por produzir um inferno de ineficácia e *clientelismo*, pesadamente pago pelo mesmo cidadão que procurava socorrer. Outro malefício identificado pelos neoliberais era o de que o Estado se tornava instrumento de

grupos de pressão que tentavam firmar seus privilégios através do discurso demagógico das políticas sociais.

A alternativa proposta pelos neoliberais é a globalização financeira e a internacionalização das atividades econômicas visando a liberalização da economia mundial. Com o surgimento do comércio de ações, de títulos públicos, das divisas e das formas líquidas e intangíveis de riqueza –capitalismo de papel– o neoliberalismo consegue driblar as regulamentações nacionais. Os novos produtos financeiros globalizados e a generalização do mercado subtrai grande parte do poder dos governos nacionais e faz emergir uma nova soberania das políticas, em um outro ambiente e esfera, o mundial. Agora, os grandes credores e detentores de liquidez têm instrumentos para castigar países irresponsáveis. Tem-se então a nova “ordem espontânea” que os liberais tanto esperavam, onde o mercado é o poder soberano. Essa nova integração da economia internacional revigora o poder de pressão dos financistas sobre o Estado, dificultando as políticas nacionais sobre a economia e retirando-lhe seu valor. Essa alternativa, claro, traz consigo dolorosas penitências (MORAES, 2001).

Para os países em desenvolvimento por exemplo, para combater os governos de ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas e do populismo, a estratégia é de adoção de medidas repressivas por sobre as massas e sindicatos, e assim o Neoliberalismo avança e inicia suas primeiras experiências com os governos ditatoriais de Pinochet e Videla, no Chile e Argentina respectivamente. Nos anos que se seguiram foram impostos aos países latino-americanos endividados os programas de ajuste econômico neoliberais como condição para renegociar suas dívidas externas, e com isso suas economias passaram a ser gerenciadas pelas instituições paralelas remanescentes, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O Neoliberalismo se utiliza de duas estratégias para enfraquecer o Estado e limitar sua possibilidade de ação: primeiro, divide o Estado em diversas instituições regionais ou locais, transferindo suas competências e obrigações para com construção escolar, formação profissional, saúde, assistência social, etc. para esses “pequenos Estados”; e segundo cedendo parte de suas competências e suas prerrogativas reguladoras para outras administrações e organizações supranacionais. Com a prerrogativa do desmantelamento das regulações produzidas

pelos Estados nacionais, o neoliberalismo na verdade transfere muitas dessas regulamentações para uma esfera maior: as organizações multilaterais do mercado paralelo, como o G-7, a OMC, o Banco Mundial e o FMI, dominadas por banqueiros e governos dos países capitalistas centrais (MORAES, 2001).

Como podemos notar no comentário de André Gorz, o capitalismo enfim conseguiu se emancipar completamente do poder político do Estado, mas apenas o consegue criando um Estado ainda maior, com suas próprias instituições, aparelhos e redes, o Estado supranacional:

[...]Com o Estado supranacional do capital aparece pela primeira vez um Estado emancipado de toda territorialidade e cujo poder, ainda que se imponha aos estados territorializados a partir de fora, não recia fora deles um outro lugar para a política. Pelo contrário, ele é independente e separado de toda sociedade, situado em um não-lugar, a partir do qual ele limita e regulamenta o poder das sociedades de dispor de seu lugar. Sem base social nem constituição política, ele é um puro aparelho que expressa o direito do capital mundializado. Poder sem sociedade, ele tende a engendrar sociedades sem poder, coloca em crises os Estados, desacredita a política, submete-a às exigências de mobilidade, de 'flexibilidade', de privatização, de desregulamentação, de redução dos gastos públicos, dos custos sociais e dos salários, todas essas coisas pretensamente indispensáveis ao livre jogo da lei do mercado. (GORZ, 1997, p. 30-31).

No mundo do trabalho e para os trabalhadores as penitências do Neoliberalismo vêm na forma do fim do assalariamento clássico, da lógica do emprego permanente, dos acordos e regulamentos protetores, dos salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas, como também na busca em fazer desaparecer a nítida distinção entre empregador/burguês/organização e empregado/proletário/indivíduo visando convencer-los de que são todos agentes "patrões de si mesmos". Nessa nova ideologia o socorro à miséria talvez ainda permaneça como valor coletivo, mas apenas como complemento das reformas orientadas para e pelo mercado, não mais como bem público ou como política de amparo.

Outras consequências e desprendimentos desta ideologia foram expostas ao longo do trabalho, na associação que fiz no capítulo anterior entre esse novo tipo de sociedade e a degradação da educação.

Por hora, importa perceber duas grandes exigências das ideias neoliberais: privatizar empresas estatais e serviços públicos – saúde, previdência, moradia e EDUCAÇÃO – e; desregular ou criar novas regulamentações, um novo quadro

legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. Esses lemas amplos e gerais são particularizados em discursos de políticos e empresários que protestam contra pressões fiscais, contra políticas redistributivas, contra a extensão de atividades do setor público e contra a regulamentação dos contratos entre particulares.

3.2 O papel que cumpre o Estado no Neoliberalismo

Como podemos perceber até aqui, a grande preocupação dos neoliberais está em restringir o poder e espaço de ação do Estado enquanto representante das massas, expondo os supostos “erros e vícios” de seu mecanismo de funcionamento e de suas políticas e impondo-lhe traiçoeiramente uma nova lógica de funcionamento, exaltando o mercado e seu modelo da “ordem espontânea”: ideia elaborada por August von Hayek, patrono do pensamento neoliberal, que significa o modelo das decisões descentralizadas e do conhecimento disperso, tido por ele como um ideal de otimização do uso dos recursos, da geração de relações sociais mais livres, harmônicas e dinâmicas.

O neoliberalismo, portanto, aceita a existência do Estado e suas instituições, porém pretensiosamente quer regular e delimitar suas ações, alterando o seu modelo de democracia, onde as decisões são tiradas a partir dos interesses das majorias. Na lógica (neoliberal) do mercado ou sistema de preços, os consumidores manifestam suas vontades a partir da quantidade de dinheiro que possuem, o que determina o peso de seu voto, definindo quais bens e serviços deverão ser produzidos, quantos e quando, numa espécie de plebiscito invisível. Aí está suposto que os indivíduos devem pagar pelo bem que desejam, onde fica implícito o princípio da exclusão: quem não paga, não pega. Cada consumidor vota com um número incerto de cédulas e desse modo determina o que a sociedade será, quantos e quais serão os sapateiros, os açougueiros, padeiros, etc.

A existência do Estado se justifica no contexto neoliberal, então, pelo fato de haver atividades geradoras de benefícios que não podem ser comercializados devido a ineficiência em se aplicar sobre eles o princípio da exclusão e pela

inexistência de uma demanda definida através do mecanismo do mercado (voto por cédulas). Essas atividades de não-mercado são os bens públicos.

É então que surge uma conhecida linha do neoliberalismo pós-guerra, a *public choice*, que nasce justamente do estudo da diferença entre esses dois universos: o do Mercado, mundo das escolhas individuais e das iniciativas descentralizadas, onde a preferência revela-se pela adesão(ou abandono) do cliente a um fornecedor e pela substituição de um bem/serviço por outro; e o da Política, terreno das escolhas e decisões coletivas, das iniciativas centralizadas, dos espaços, bens e serviços compartilhados ou consumidos em comum, onde a preferência revela-se pelo apoio ou veto a programas políticos. Essa variante neoliberal traz a tentativa de tornar as 'decisões não mercado' mais próximas das 'decisões do tipo mercado', ou seja, de criar no terreno das escolhas sobre bens públicos e ações coletivas mecanismos e instituições que emulem o mercado.

O risco identificado pelos neoliberais neste mundo político está em sua vulnerabilidade à influência perniciosa das massas pobres, tidas como incompetentes e malsucedidas, daí a necessidade em reduzir esse universo político e o número de funcionários estatais que estejam submetidos à pressão das massas, desregulando, privatizando e emagrecendo o Estado. As estratégias neoliberais propostas pela *public choice* para transformar as políticas sociais e bens públicos sob responsabilidade do Estado podem ser resumidas nas três seguintes:

Focalizar, substituindo a política de acesso universal pelo acesso seletivo, individualizando o usuário. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. O acesso universal faz com que os serviços sejam considerados direitos sociais e bens públicos. As políticas sociais do neoliberalismo aproximaram-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias, isto é, políticas que supõem um novo modelo de sociedade definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado.

Descentralizar operações, tornar locais a produção e distribuição de determinados bens e serviços antes oferecidos em âmbito regional ou nacional e desse modo segmentar ou particionar a cidadania para tornar mais "competitiva" a oferta dos bens e serviços. Viabiliza-se para o cidadão (visto como usuário ou

consumidor) a escolha entre fornecedores, estipulando um ambiente semelhante ao mercado na esfera antes pública, ou política.

E, por fim, **Privatizar**. Transferindo ao setor privado a *propriedade* dos entes estatais (inclusive aqueles entes provedores de políticas sociais, tais como saúde, moradia, assistência social, educação, etc.). Transferindo também ao setor privado a *operação/e ou gestão* dos serviços, resgatando a diferenciação entre produção dos serviços públicos, que deve ficar à cargo do Mercado, e provisão dos serviços públicos, à cargo do Estado.

Com respeito a provisão de políticas públicas a partir dos ajustes estruturais neoliberais, essas três palavras, *privatizar*, *individualizar* e *descentralizar*, encontram-se muitas vezes conectadas. A criação de procedimentos análogos ao mercado – supostamente superiores aos políticos – depende de mecanismos de descentralização político-administrativa, segmentação de cidadanias, e de preservação da propriedade privada, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenho do cenário atual da sociedade, sua estrutura econômica, política e ideológica e do esboço do modelo de desenvolvimento sob o neoliberalismo bem como de suas imposições sobre a educação, em sua forma institucionalizada ou cotidiana no sentido de formação contínua dos sujeitos contemporâneos, em vista da constatação da crise do capitalismo e da degradação do humano, pretendo neste texto final expor algumas alternativas ou saídas diante do problema da destruição das relações humanas, dos antagonismos e dos efeitos negativos da ordem capitalista emergente sobre o desenvolvimento dos sujeitos.

Tendo em vista que o significado real de educação é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores – e diante do fato da necessidade de se pensar soluções para o crescimento da barbárie e da violência no convívio social bem como para o adoecimento (psíquico e corporal) dos indivíduos, me preocuparei em apresentar no campo educacional as mudanças ou possibilidades de resolução do problema da destrutividade do capitalismo e de suas relações produtivas sobre as crianças, mulheres e homens – incluindo entre essas relações a própria educação sob os moldes do neoliberalismo.

Antes de mais nada, é necessário esclarecer que a concepção de educação à qual me refiro como alternativa – considerada não apenas em seus poucos anos institucionais, seja em escola ou universidade, mas sim como um processo contínuo que segue durante toda a vida, no dia-a-dia – é bem distinta e afastada daquela educação dominante sob o modelo capitalista. A educação que imagino como ideal nesse sentido é exatamente a superação e transformação radical dos ideais educacionais que foram expostos ao longo do trabalho e que predominam nas políticas educacionais sob o neoliberalismo, bem como da doutrinação ao estilo de vida capitalista reforçado cotidianamente sobre os indivíduos.

Conscientes da apropriação e da subordinação da educação pelo capitalismo e da doutrinação das pessoas pela e para a sociedade de mercadorias através dos dispositivos educacionais – institucionalizados ou não, explícitos ou não –, é necessário dizer que qualquer proposta de adaptação ou ajuste educacional dentro

desse modelo de sociedade dificilmente será suficiente para a real transformação da sociedade, na escala e amplitude que se faz necessária. Tal evidencia se confirma diante do fato das propostas de reformas educacionais do Iluminismo e dos ideais de educação moral e de enriquecimento humano dos indivíduos terem se configurado como tentativas fracassadas ou como utopias, por sustentarem como pano de fundo a ideologia capitalista, que em sua essência é excludente, desigual, e doutrinária e que sempre irá resguardar os interesses de expansão e perpetuação do capital, a qualquer custo e independentemente dos efeitos que decorram disto.

Portanto, o que quero evidenciar é que a educação enquanto produto da sociedade capitalista sempre irá contribuir para a perpetuação das desigualdades produzidas pelo fenômeno de acumulação da riqueza nas mãos de uma minoria, bem como irá acentuar a alienação desumanizadora do pensamento e ação dos sujeitos, limitando sua compreensão da realidade e retirando-lhe o seu potencial criativo e de imaginação, de modo a impossibilitar qualquer ação ou pensamento que incite uma percepção causal dos problemas sociais e que se comprometa com a solução efetiva e concreta da miséria, da violência, da exploração e das desigualdades. O fracasso das reformas educacionais e dos ideais de projeção dos indivíduos através da educação até hoje se deram justamente pela incompatibilidade entre a ordem social com seu imperativo auto expansivo fundamentalmente destrutivo e a estrutura dos ideais de emancipação e enriquecimento da humanidade.

Assim sendo, as mudanças necessárias para a realização de uma educação que possa contribuir com o avanço da humanidade atravessam a ordem econômica e ideológica da sociedade, pois quanto mais o capitalismo tem avançado, mais tem se mostrado oposto e reacionário quanto à mudança em suas estruturas e organizações e mais tem se notado o convencimento das pessoas de que não existe possibilidade de mudança nesse nível da ordem social, por meio da alienação, da doutrinação e da imposição da ordem capitalista.

Diante dessa realidade uma primeira tarefa educacional que viabilize sua efetividade seria a de adotar um posicionamento crítico às determinações estruturais da ordem social do capital que prejudica o desenvolvimento do indivíduo, pois somente com a transformação da conformação de sua estrutura que se poderá encerrar os crescentes antagonismos e efeitos negativos que decorrem de tal modelo. Essa crítica deve ser despertada por meio da identificação da causa dos problemas que

perpassam a sociedade de mercadorias e do questionamento de sua configuração e funcionamento, pois é impossível fazer parar os efeitos negativos de uma poderosa tendência social na formação dos indivíduos sem identificar – e impugnar efetivamente nos termos sociais apropriados – suas determinações causais que os produziram e seguem produzindo (MÉSZÁROS, 2008). A sociedade deve ser apresentada aos sujeitos de forma imparcial, isenta de cinismos ou máscaras que recobrem ou tentam esconder suas desigualdades e desgraças, e isentas da idolatria de seus ideais que a tornam perpétua e natural. Cumpre então a educação com o papel de contextualizar os indivíduos da maneira como a sociedade se configura atualmente através de uma revisão histórica que indique verdadeiramente os processos que deram o formato estrutural ao qual vivenciamos hoje e simultaneamente expor as origens e causas dos grandes problemas sociais que perduram ou surgiram durante a história da humanidade e de sua organização e convívio social. *Contextualizar*, ao invés de *inserir*. Isso implica ensinar que eles (educandos) são os sujeitos que darão continuidade a esta história e definirão os rumos desta sociedade, e que sua conformação atual não é a forma final a qual se consegue alcançar, e que os desafios emergem dessa estrutura – problemática e destrutiva – e que muitos são os caminhos e avanços que se pode conquistar em termos de solidariedade, igualdade, justiça e democracia social. Dentro de um regime reacionário do capital a educação sempre deve encarar a sociedade e o sistema capitalista como natural e perpétuo aos indivíduos e através da exaltação desse modelo tratará de adaptar os sujeitos à sua orgânica. Em contraponto, a educação que se deseja aqui deve ser emancipatória e entender a sociedade como mutável, e deve orientar e potencializar o pensamento e a ação conjunta dos sujeitos à solução de seus desafios, e, se preciso, à superação deste modelo de sociedade.

A educação precisa ser feita no sentido de potencializar o indivíduo para a realização de uma vida digna. Mas é necessário orientá-lo para que sempre tenha em mente todo o conjunto da sociedade e não somente a si na busca deste propósito, e que sua ação igualmente deve considerar os demais indivíduos. Deve-se ensinar a importância da união das pessoas para a concretização vitalícia de tal propósito, pois somente através desta consciência social é que os indivíduos poderão adaptar a sociedade positivamente à maneira como eles mesmos se

reorganizam e buscam a conquista de uma sociedade melhor ao invés de simplesmente submete-los e inseri-los em uma estrutura de sociedade pronta e definida. A potencialização do indivíduo aqui, se dá na força da formação e da ação conjunta com seus iguais.

Até aqui estou falando de uma educação que propõe ao mesmo tempo que incita a transformação do modelo de sociedade sob o capitalismo, o que supõe a transformação de todas suas estruturas e formas de produção e reprodução, e que vai muito além da educação, ultrapassando pela economia, política, saúde, cultura, etc. Supõe também o exercício de se pensar e eleger um novo modelo que o possa substituir. Desse modo, as mudanças no campo educacional não podem ocorrer isoladas dos demais espaços e esferas dos serviços públicos, é necessário que se siga uma orientação de mudança conjunta nestes espaços para que se garanta os direitos conquistados e para que se avance na elaboração de um novo organismo social, mais humano e menos predatório.

Nesse sentido a educação enquanto bem público e direito social, prevista na Constituição de 1988 como direito de todos e dever do Estado se configura como um avanço importante que deve ser resguardado e pelo qual devemos lutar para manter, pois a educação como direito social se contrapõe a ideia de educação como mercadoria, ou seja, aquela que beneficia apenas aos que podem pagar. E ainda, se não compreendida como bem público, a educação atenderá aos indivíduos e aos seus interesses exclusivos, jamais terá qualidade compromissada com a sociedade (MONTEIRO, 2014). Tal texto responsabiliza o Estado pela garantia de amplas possibilidades de oferta de educação de qualidade, da mesma forma que é para com os demais serviços públicos. Sendo assim, os funcionários públicos e os cidadãos devem, em união, lutar pela preservação deste e dos demais direitos sociais em conjunto, bem como pela exigência da qualidade da prestação de serviços pelos órgãos públicos. Há de se lutar também pela ampliação do setor público nas áreas em que já se faz presente e onde divide espaço com a oferta privada, em detrimento desta, pois aonde quer que seja o campo ou área, a existência deste domínio (privado) sempre carregará consigo os ideais e a lógica capitalista, que tenderá à garantir a manutenção da sociedade de mercadorias e a preservação dos privilégios de grandes empresários em virtude das desgraças e da exploração das massas e das classes mais abastadas.

Atento aqui para a importância da união das massas para a concretização das conquistas que se pretende alcançar por meio dessas lutas sociais. A atual conjuntura nos aponta que a medida que o capitalismo avançou, avançaram também os métodos e recursos pelos quais a classe dominante garante e submete o resto da sociedade à seus interesses capitalistas, seja por meio da opressão da imposição de sua ideologia e de suas práticas, ou por meio da repressão e violência de seus órgãos e instrumentos. Frente a constatação da força e do poderio do capitalismo em sua configuração presente, somente a consciência de classe – conquistada também pela educação orientada para a crítica substancial da estrutura e desenvolvimento do capitalismo – e o potencial da união das pessoas poderá fazer frente e dar possibilidade de alterar o modelo capitalista de estruturação da sociedade. Não adianta sermos milhões se não somos uma unidade neste empenho, a ação coletiva e objetivo comum são essenciais para a revolução, seja qual for o seu método.

Tendo em mente a vitalidade da união, faço um enaltecimento aqui dos movimentos sociais que ainda relutam e se esforçam neste sentido de organizar em grupo uma soma de indivíduos com objetivos e interesses semelhantes, tal como é o Movimento Sem Terra brasileiro ou o movimento estudantil. Esses movimentos são importantes expressões de resistência e de manifestação dos grupos excluídos dos espaços de decisões que envolvem toda sociedade, através de métodos de luta tais como protestos, atos, ocupações e greves. Essas organizações e ações são frequentemente mal vistos e criminalizados aos olhos de uma sociedade cada vez mais mergulhada no conservadorismo capitalista, e, por consequência, são fortemente reprimidos. Nessa empreitada de movimentos sociais, tive a oportunidade de presenciar e participar de uma grande conquista do movimento estudantil do estado de São Paulo, quando em 2013, através de greves locais, ocupações e mobilizações em esfera estadual pôde barrar a implantação de uma perversa política de ingresso ao ensino superior público paulista, configurada no PIMESP, proposta pelo então governador Geraldo Alckmin, uma ação afirmativa que substituiria a política de cotas aos afrodescendentes, indígenas e alunos de escolas públicas por uma espécie de preparação destes para que pudessem ter merecimento e ser “dignos” de almejar o ensino superior – o que fica evidente no uso da palavra *mérito* presente no nome da proposta. Faço também um apelo aqui,

para que esses movimentos possam articular-se entre si e crescer nas manifestações nos mais distintos campos, como também se aproximar dos sindicatos trabalhistas que ainda se mostram subversivos e compromissados com a classe trabalhadora para que unidos, possam construir e realizar uma nova sociedade, livre das amarras e da destrutividade do capital.

A ressalva que faço à esses movimentos, em muito se deve pelos impactos que suas ações causam ao regime republicano em que é gerido o Brasil, com sua concepção de democracia burguesa representativa e seu Estado democrático de direito. Pois nesses movimentos e sindicatos é que tem se tornado possível alguma forma de participação nas transformações sociais que não seja única e somente através do voto. Mas, também em decorrência disto, esses movimentos sociais têm sido frequentemente criminalizados, e isso torna necessário fazer uma importante ressalva. Em um momento anterior neste texto fiz referência à Constituição Federal como um importante avanço no que se diz respeito à seu texto que faz referência a educação enquanto direito de todos, entretanto, o que se pode perceber é que a via jurídica e a própria legislação tem sido um instrumento nas mãos da classe dominante, para manter-se no poder e conservar submissas as classes oprimidas. Dessa forma, a escolha da via jurídica e a opção pela atuação sob a legalidade burguesa de alguns movimentos sociais e sindicatos tem se mostrado como um instrumento de luta muito pouco eficaz e significativo no sentido de garantir a transformação da sociedade capitalista e de melhorar as condições de vida das classes abastadas. Isso decorre pelo fato de a própria Constituição e as Leis estarem encharcadas da ideologia burguesa capitalista e por ter como premissa a falsa *democracia burguesa* ao dispor sobre os indivíduos as normas sociais (capitalistas) e ao delimitar o que é legal e o que é ilegal ou ilícito.

Esses movimentos sociais e sindicatos também devem promover nos indivíduos uma educação orientada para a crítica e transformação da sociedade capitalista e de sua estrutura, organizando e oferecendo espaços de formação nesse sentido. Dentro dessas organizações deve haver um convívio e experiência diferentes daquelas que se têm em todos os outros espaços da sociedade capitalista. É necessário promover aos sujeitos experiências que potencializam seu pensamento e ações, através de afetos e sentimentos positivos entre eles mesmos, de solidariedade, de compartilhamento de materiais ou ideias, de participação e

colaboração real na estruturação do convívio nestes espaços e por meio de momentos de descontração e de alegria. E, do mesmo modo, deve a escola ser um espaço de formação voltado para a participação e união dos indivíduos nas decisões a se tomar, bem como de promoção de experiências e emoções positivas entre os alunos. O capitalismo atual está interessado em nos transmitir constantemente sensações e emoções tristes bem como de nos convencer de que não há solução para a humanidade, e através dessas impressões limitamos nosso pensar e nosso agir em busca de uma melhoria no convívio social. O convencimento de que a vida é um fardo desagradável e a experiência da tristeza adoece nosso pensamento e ação, e retira de nós o potencial do intelecto e do corpo. Tendo isso em vista, a educação deve proporcionar aos sujeitos experiências que o valorizem enquanto humano, experiências ricas de sentimentos de felicidade e de cooperação, afetividade e de partilha de tarefas, bens e ideias.

Com esse intuito, enquanto futuro licenciado em Educação Física, desejo e irei esforçar-me em estabelecer uma atuação na escola diferente daquela do “professor” que a modernidade produziu e trouxe para a escola. A atuação deste na escola se traduz em mero exercício de mais uma profissão. Essa modernidade carrega consigo a incredulidade e desesperança na capacidade e potencialidade dos humanos, e as ações constituídas como profissão trazem consigo o culto pós-moderno do mutável, do efêmero e do gratuito em um conjunto de produtos culturais passíveis de várias interpretações. Pode-se dizer que o professor é um produto de culturas industriais que se instala na igualdade com o perecível, e que se dedica na busca pelo sucesso imediato ao passo em que é animado pelo tempo racional. Essa disciplina e anseio por conquistas vividas e ensinadas pelos professores aproximam os alunos de trabalhadores que esperam o fim do expediente para se ver libertos da obrigação, e com isso retira deles a paixão e o encanto do aprendizado. Por fim, o professor é um funcionário dominado pelo Estado e/ou pelas empresas, e milhares deles existem.

Minha pretensão, porém, está em ser um educador, aquele que, diferente do professor que consiste sua atuação em uma profissão, tem suas ações e ideal fundamentados na esperança e no amor. Dessa forma, sua atuação é orientada para uma valorização dos sujeitos, onde a interioridade faz uma diferença e as pessoas se definem por suas paixões, esperanças e sonhos. Ruben Alves diferencia

professor de educador, segundo ele o educador “(...) habita um mundo em que a interioridade faz uma diferença, em que as pessoas se definem por suas paixões, esperanças e horizontes utópicos” (ALVES, 1984, p. 20). O educador desconhece o ritmo da máquina e deseja reforçar a liberdade individual do sujeito. Este não restringe sua atuação na transmissão de vanguardas já experimentadas e infrutíferas para a formulação dos sujeitos, mas se dedica no exercício de pensar e realizar uma nova sociedade liberta das amarras que prendem o desenvolvimento da humanidade. Para tanto, tem como aposta a valorização do sujeito como uma alternativa ao desencantado ensino, para que se desperte nele a paixão de aprender e também de criar um mundo melhor para se viver, em substituição à obrigação de produzir do contemporâneo e do capital.

Ainda enquanto educador, pretendo estabelecer um forte vínculo junto à APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e procurar contribuir nos espaços de formação e em suas lutas pelos direitos trabalhistas da categoria, bem como incentivar o sindicato à articular-se com outros movimentos sociais em benefício à causa da classe trabalhadora, consciente da necessidade da unidade das classes oprimidas na luta contra o capital, conforme dito anteriormente neste texto.

Necessita-se então, de uma educação que rompa com quaisquer formas de opressão e não as reproduza, que rompa com as formas capitalistas de se dirigir a sociedade, que preze pela formação para a humanidade e não para o capital, que dirija os indivíduos a novas maneiras de pensar e não condicione o pensamento segundo interesses deste ou daquele, que seja libertária e não reprodutora do que já se tem estabelecido, que forme indivíduos que consigam pensar e decidir por si, e não somente sigam o que já se tem por decidido.

A ciência e as tecnologias já se mostraram incapazes de suprimir as mazelas sociais. Acredito que através de uma educação orientada para a crítica do capitalismo e das estruturas sociais contemporâneas e voltada para uma valorização do sujeito em sua potencialidade de agir e pensar, junto da conscientização da importância e força da união do povo nas mais distintas esferas da sociedade, pode-se ampliar os horizontes das novas gerações e dar-lhes subsídios para a transformação da configuração da sociedade tal como se apresenta hoje. Dessa forma, a educação poderá contribuir, simultaneamente, ao desenvolvimento pessoal

do indivíduo e ao desenvolvimento da própria sociedade onde ele se insere, cumprindo assim com seu compromisso e papel para com a humanidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. "O preparo para o educador", in BRANDÃO, C. **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma economia do amor: Educação da práxis e economia solidária**. Prefácio de Gaudêncio Frigotto. Aparecida SP: Ideias e Letras, 2009. 344 p.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). **Ensino Híbrido**: Personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270 p.

COSTA, A. C.; FREITAS, R. G. "neoliberalização" da educação escolar no Brasil, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, p.125-172, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 253 p.

GALLINO, L. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 10. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2001. 204 p.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, D; SOBRAL, Adail Ubirajara. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.

MONTEIRO, Raquel Motta Calegari. **Opinião: A educação no Brasil - direito social e bem público**. 2014. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/32254/opinio-a-educacao-no-brasil---direito-social-e-bem-publico/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?**. São Paulo: Senac, 2001. 154 p. (Ponto Futuro)

OLIVEIRA JÚNIOR, Osmar. **Neoliberalismo, educação e emprego**. Juiz de Fora MG: Feme, 2000. 156 p.

ROGERS, Carl Ransom. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1992.

ROLNIK, S. “**Novas figuras do caos. Mutações da Subjetividade Contemporânea**” in: **ORLANDI, E.** (org) Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço. Campinas, SP: Pontes, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações** – investigação sobre sua natureza e suas causas, vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TADDEO, Carlos Eduardo; DUN DUN. **A minha voz está no ar**. São Paulo: Sky Bue, 2000. 1 CD.